

# Desenvolvimento e modernidade versus trabalho: quais os impactos para a classe trabalhadora?

---

*Development and modernity versus work: what are the impacts for the working class?*

Wiliam Toneli Da Silva

wtoneli@yahoo.com.br

Rogério S. Brant

rogerioboc@yahoo.com.br

Andressa Graciely Athaide Sampaio

andressasampaio22@hotmail.com

## Resumo

Objetivou-se analisar as implicações dos aspectos inerentes à modernidade e quais os impactos gerados para as classes trabalhadoras. O estudo necessitou de um aprofundamento teórico e bibliográfico, visando um maior entendimento das questões ligadas a esses impactos e de que forma as classes trabalhadoras seguem expostas a trabalhos precários, terceirização dos trabalhos, desemprego, subemprego e trabalho informal. Os impactos desta modernidade para as classes trabalhadores e para as relações de trabalho impostas pelo capital, só aumentam as discussões sobre as questões precárias de trabalho, ou seja, sobre as formas (modernas ou não) de dominação de uma classe articulada e poderosa, sobre outra, frágil e totalmente desarticulada. Para tanto, os procedimentos metodológicos utilizados são: pesquisa bibliográfica, documental com abordagem qualitativa e análise de conteúdo.

**Palavras-chave:** Modernidade, Trabalho, Relações Sociais

## Abstract

This study aimed to analyze the implications of the aspects inherent to modernity and the impacts for the working classes. The study required theoretical and bibliographical deepening, designed to further understanding the issues associated with these impacts and how the working classes are still exposed to precarious work, outsourcing, unemployment, underemployment, and informal work. The impacts of this modernity to the working classes and working relations imposed by capital only increase the discussions about the precarious work issues, that is, the forms (modern or not) of domination of an articulate and powerful class over another, a fragile and totally disjointed one. To do so, the methodological procedures used were the bibliographical, documentary research with a qualitative approach and content analysis.

**Keywords:** Modernity, Labour, Social Relationships

## 1.

**Introdução**

Vivemos em uma época de globalização neoliberal acelerada e necessitamos entender e avaliar com um olhar crítico as mudanças que estão sendo produzidas neste contexto, quais suas consequências para a vida dos trabalhadores e da sociedade como um todo. O desenvolvimento do trabalho informal e a precarização social do trabalho, nos traz novas configurações do mundo do trabalho, novas formações sociais, novos contornos, novos contextos de exploração da mão de obra que não se adéquam ao perfil exigido pelo capital dentro das formatações do trabalho formal.

Porém, torna-se oportuno tratar também do surgimento da "nova classe média" ou da nova classe trabalhadora que emergiu em meio a estabilidade econômica do país, e tem provocado grandes mudanças na estrutura social brasileira. Constantemente podemos perceber na mídia e nas propagandas governamentais, um discurso meramente político sobre as questões de inclusão social, pois segundo essas investidas, vivemos agora em um país de classe média, com maior distribuição social e da renda, maior poder de consumo, passando a incorporar essa nova classe social, ou seja, ascensão das classes proletárias, que se dá principalmente através das diminuições das taxas de desemprego e acesso fácil ao crédito.

Segundo informações governamentais, nos últimos anos, a chamada "nova classe média" passou a representar mais da metade da população brasileira. Esses indivíduos possuem renda mensal entre R\$ 1.000,00 e R\$ 4.000,00 e segundo dados do site do Planalto:

Pela primeira vez no Brasil, a classe C corresponde a mais da metade da população. Hoje, 95 milhões de pessoas fazem parte dessa camada social, com renda mensal familiar entre R\$ 1 mil e R\$ 4 mil. Isso significa que o perfil socioeconômico do país mudou. Nos últimos sete anos, a chamada nova classe média – composta, sobretudo, por jovens

com emprego formal, alto potencial de consumo e características heterogêneas – teve um aumento superior a 40% em sua renda familiar, o que permitiu maior poder de compra, acesso à tecnologia e ingresso em faculdades, por exemplo. Na última década, 31 milhões de pessoas entraram na classe média brasileira, resultado das políticas de proteção social, da retomada do crescimento econômico inclusivo, da expansão do emprego e do acesso ao crédito, assim como do aumento no grau de escolarização da sociedade. Os dados, da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mostram que esse desenho atual exige a implementação de ações de governo específicas, voltadas para esse segmento. (PLANALTO, 2015)

O presente artigo busca discutir os pontos principais e relações existentes entre o trabalho formal e informal, no contexto da modernidade do trabalho e quais seus impactos para a classe trabalhadora. Pretende-se discutir também os pontos principais e relações existentes entre a classe trabalhadora que emerge as custas do endividamento, oriundos de linhas de crédito mais amplas e de fácil acesso para todos aqueles que quiserem se inserir no mundo do consumo.

Para tanto, os procedimentos metodológicos utilizados são: pesquisa bibliográfica, documental com abordagem qualitativa e análise de conteúdo. Não temos como objetivo esgotar o tema em questão e sim demonstrar os pontos e contrapontos de vista de alguns autores.

Neste sentido cremos oportuno questionar: Quais seriam os impactos desta modernidade para a classe trabalhadora e para as relações de trabalho impostas pelo capital, e sobre as formas (modernas ou não) de dominação de uma classe articulada e poderosa, sobre outra, frágil e totalmente desarticulada? Será que existe uma nova classe média, que participa ativamente da economia brasileira, que emergiu da base da pirâmide social, através de uma melhor distribuição de renda e igualdade social ou essa classe continua sendo a mesma

classe trabalhadora explorada, discriminada, precarizada, terceirizada, alienada e sujeita a trabalhos informais?

## 2.

### *Desenvolvimento*

As novas formas de articulação do capital, traz à tona, novas formas de trabalho, no qual esses trabalhadores buscam, de alguma maneira, se inserirem no mercado de consumo, mundializado, globalizado e internacionalizado, onde suas relações extrapolam as bases convencionais do ser, para as bases impositivas do ter.

Muitos desses trabalhadores, expostos ao subemprego, marginalizado, precarizado e amplamente exploratório, tendem a buscar através do próprio negócio ou de sua própria empresa capitalista burguesa, a estabilidade e o aumento gradativo do poder de consumo. A informalidade é a porta de entrada para que essa transformação ocorra, pois esses empreendedores informais vão de encontro às vagas de trabalho que deixam de ser ofertadas pelo capital, ou são ofertadas para àqueles trabalhadores que são julgados como aptos ou dotados de alguma capacidade específica para assumir esse posto de trabalho.

Esses novos *empreendedores* buscam iniciar uma atividade empresarial, organizando os recursos necessários e assumindo os riscos e recompensas, reunindo um conjunto de recursos que os torne produtivo. Esses empreendedores informais tem a missão não somente de criar seu próprio empreendimento, mas também de saber geri-lo. O espírito empreendedor, deve despertar no indivíduo um processo criativo e inovador, deixando à margem a visão conservadora e tradicional, buscando ares de transformações para sua organização. (IEA, 2005, p.19)

Segundo CHIAVENATO (2007), o espírito empreendedor envolve:

[...]emoção, paixão, impulso, inovação, risco e intuição. Mas deve também

reservar amplo espaço para a racionalidade. O balanceamento entre aspectos racionais e emocionais é indispensável. Saber fixar metas e objetivos globais e localizar os meios adequados para “chegar lá”, da melhor maneira possível. Isso significa estratégia (CHIAVENATO, 2007).

Porém devemos ampliar essa discussão acerca desses novos empreendedores informais, quando os relacionamos à nova classe social emergente, pois para Pochmann (2014, p. 71), a partir dos anos 2000, no Brasil, a combinação de crescimento econômico do país e uma maior e melhor distribuição de renda, que permitiu à classe proletária uma mobilidade social, efetivamente para àqueles da base da pirâmide social. Ainda para o autor, isso se deu principalmente devido a expansão do nível de emprego, com as remunerações significativamente acima do valor do salário mínimo e acessos à programas sociais aos segmentos empobrecidos da população, levando e incorporando quase um quarto dos brasileiros ao mercado de consumo em massa. Uma grande parcela, que representa a população mais pobre do conjunto da população brasileira, acabou sendo "privilegiada" por esse impacto de movimento de ascensão social

Porém podemos perceber que essa discussão é muito mais ampla e contraditória. Se por um lado o governo e seus aliados defendem a *ressurreição* da classe média trabalhadora no Brasil, através do aumento da oferta de emprego, salários timidamente maiores e oferta de crédito para aumentar o poder de consumo, por outro, há aqueles que apontem que essa mobilidade social não passa de uma falácia.

Existe uma nova classe média, que irá gozar dos direitos sociais adquiridos, ou existe somente uma nova classe trabalhadora, explorada, precarizada, informal, que surge não a partir de ações governamentais duradouras e sustentáveis, mas via criação de postos de trabalhos precários, com rendimentos entre 1 e 1,5 salários mínimos e da liberação de créditos que endividam e marginalizam esses trabalhadores proletários,

na busca desenfreada pelo consumo capitalista?

Uma pesquisa de relevância realizada pelo Instituto Brasileiro de Economia da FGV-Fundação Getúlio Vargas e IBRE- Índice de Economia Subterrânea (2013) em parceria com o ETCO - Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (2013), aponta que a economia informal, movimentou no ano anterior (2012) em torno de R\$ 730.000.000.000,00 (setecentos e trinta bilhões de reais) na economia brasileira. (ETCO, 2013)

Segundo o SEBRAE(2014):

O empreendedorismo cresceu muito no Brasil nas últimas décadas e sendo de extrema importância para os países sua participação na economia, já que no Brasil são cerca de 9 milhões Micro e Pequenas Empresas, o que representa 99% do total de empresas brasileiras (SEBRAE, 2014).

Rodrigues (2014, p. 100) se insere na discussão inferindo que essa nova classe social surge somente com a necessidade do aumento do consumo inserido no modelo capitalista predatório.

Essa nova classe média está sendo basificada sobre a possibilidade de aumento do consumo. Assim, importante se verificar que: se por um lado ocorre o acesso desses cidadãos a produtos e serviços nunca antes conseguidos, por outro, reforça-se o poder capitalista predatório do mercado, devido a não inserção do indivíduo oriundo das classes “D” e “E” como cidadão da classe média, mas apenas como consumidor. Como consumidores, os novos medianos da sociedade brasileira tornam-se, também, os novos escravos do mercado pós-moderno, pois o problema que se nota em todas as estatísticas é o aumento do poder de consumo, ou seja, têm-se mais consumidores não existindo referência ao ser cidadão.

Torna-se necessário aprofundar essa discussão, pois somente através da instituição de uma

economia de mercado que abra espaços para novas formas de trabalho, será possível absorver esses trabalhadores, que inseridos nos setores informais da economia, acabam por se transformar em trabalhadores em condições precárias de trabalho. É necessário uma (re) organização por meio das forças políticas econômicas e sociais, que vise romper com o modelo atual e desigual de distribuição de renda e riquezas.

Unger (2001, p. 114) se apresenta para a discussão abordando a questão de diferenças e desigualdades no Brasil como sendo um problema cultural, ligado a favorecimentos ilícitos. Para ele, é necessário substituir o nepotismo pela meritocracia, pois desta forma haverá um avanço da classe média trabalhadora. Carreiras devem ser formadas por talentos, performance, merecimento e não por mero apadrinhamento e troca de favores. É preciso assegurar um estado de bem-estar social, com educação, transporte, saúde e habitação de qualidade para o proletariado. "Somente quando a classe média estiver dentro da rede pública é que as redes públicas prestarão. A classe média exigirá serviços de qualidade [...] Apoiará um estado enriquecido e atuante, capaz de aliar-se a maioria assalariada do país".

Souza (2009, p. 22) participa também desta discussão, corroborando sobre o fato da meritocracia ao invés do nepotismo.

A legitimação do mundo moderno como mundo “justo” está fundamentada na “meritocracia”, ou seja, na crença de que superamos as barreiras de sangue e nascimento das sociedades pré-modernas e que hoje só se leva em conta o “desempenho diferencial” dos indivíduos. Afinal, se alguém é 50 vezes mais produtivo e esforçado que outro, nada mais natural e “justo” que também tenha um salário 50 vezes maior e 50 vezes mais prestígio e reconhecimento. Todas as instituições modernas tomam parte nesse teatro da legitimação da dominação especificamente moderna. O mercado “diz”, ainda que não tenha boca: eu sou “justo”, porque dou a

remuneração “justa”, verdadeiramente equivalente ao desempenho. O Estado também “diz” o mesmo: eu faço concursos públicos abertos para todos, e o melhor deve vencer. Nada mais “justo” do que isso.

O autor ainda aborda a questão do jogo de interesses como personificação do capital contemporâneo.

Não existe ninguém, nem nenhuma “elite” má, se reunindo na calada da noite e decidindo como manter a maioria da raça humana na tolice e na obediência a convenções e modos de vida superficiais. O que existem são “interesses” que tendem a se reproduzir indefinidamente, permitindo o acesso permanente de alguns privilegiados a bens escassos, sempre que não ocorram processos de “aprendizado” e de “tomadas de consciência” que possam limitar seus malefícios a indivíduos e coletividades inteiras (SOUZA, 2009, p. 50).

Várias são as vertentes que podem e devem ser delineadas até que possamos compreender de forma clara as questões sociais, econômicas e políticas que envolvem não somente as lutas históricas de classes, mas as questões de diferenças e desigualdades inseridas neste contexto. Antunes (2015, p. 124) vai adiante neste aspecto, e informa que a cada dia, homens e mulheres encontram menos trabalho disponível, “esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor”. Porém essa tendência, cria uma imensa onda de precarização do trabalho, “sendo que a sua ampliação do desemprego estrutural é sua manifestação mais virulenta”.

Toda e qualquer forma precária de trabalho, onde suas condições básicas deixam de ser regulamentadas pelo governo, sem vínculo empregatício e/ou registro na carteira, sem que os direitos históricos auferidos aos trabalhadores sejam cumpridos, acabam por se tornarem os empregos informais ou subemprego.

Em plena era da informatização do trabalho, do mundo maquinal e digital, estamos conhecendo a época da informalização do trabalho, dos terceirizados, precarizados, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial. [...] desde a década de 1990 esses “tipos” de empregos se ampliaram muito, especialmente quando se concebe a informalidade em sentido amplo, isto é, desprovida de direitos e sem carteira de trabalho. Desemprego ampliado, precarização exacerbada, rebaixamento salarial exacerbada, perda crescente de direitos, esse e o desenho mais frequente da nossa classe trabalhadora. (ANTUNES, 2015, p. 127)

Seja como trabalho informal, subemprego, desemprego disfarçado ou estratégia de sobrevivência, ele existe e assola uma parcela considerável da população brasileira. Para piorar, esse excedente de mão de obra operária ou força de trabalho, se restringe a poucos e específicos segmentos de atividade, sejam eles pequenos comércios ou serviços de baixa qualificação, que na maioria das vezes exigem experiência e conhecimentos, mas não escolaridade elevada. (SINGER, 2001, p. 12).

Ainda para o autor, o trabalho informal não passa de uma forma paliativa de manter a força de trabalho ocupada ou em “atividade” e se possível torná-lo menos precário em relação ao trabalho formal. Para que isso ocorra, faz-se necessário organizar o trabalho informal, não via sindicatos e sim por meio de cooperativas.

Os mercados do trabalho informal são o desaguadouro de toda a força de trabalho que desistiu de procurar emprego ou deixou de contar com suporte material para fazê-lo. Por isso em todos eles há *excesso de oferta*. Sendo quase a metade da força de trabalho ocupada, os trabalhadores informais têm acesso a muito menos que a metade da economia metropolitana, a maior parte da qual é dominada pelo grande capital, sendo constituída por mercados oligopolizados, ou seja, em que a oferta

está concentrada em um pequeno número de empresas, que por isso têm meios de evitar que ela se torne excessiva. Para resgatar o trabalho informal da pobreza é necessário organizá-lo. Mas a forma de organização não pode ser o sindicato clássico, porque os trabalhadores informais não têm emprego regular, não são explorados por empresas em termos permanentes, sendo antes vítimas da espoliação de intermediários, usurários, fiscais e policiais corruptos. Uma forma que se mostrou eficaz é a cooperativa, à qual pertence parte dos catadores de material reciclável (SINGER, 2001, p. 12).

Essa forma de organização poderia transformar o trabalho informal, precarizado em trabalho formal, aumentando a força produtiva, podendo concorrer de forma mais igualitária com empresas de maior porte. Para financiar essas operações, torna-se necessário, porém, a captação de alguma linha de crédito para fomento à programas de geração de trabalho e renda. "Se for possível organizar em cooperativas uma grande parte do trabalho informal, ele deixará de fazer parte da população relativamente excedente e seus integrantes deixarão de estar condenados a trabalhar jornadas máximas para ganhar um mínimo". (SINGER, 2001, p. 12).

Martins (2001, p.41-42) complementa a relação entre a diminuição do trabalho informal, via cooperativas, dizendo que as cooperativas devem manter a solidariedade dos trabalhadores, impedindo assim a competição entre eles. Essa parceria deve visar a distribuição desses trabalhadores informais de forma racional pelos espaços das cidades com o auxílio do poder público, criando novas atividades para ocupar os excedentes.

O autor afirma que "a organização dos trabalhadores em cooperativa, permite transformar o trabalho informal em formal e a pequena produção, fragilizada pelo tamanho reduzido das unidades, em produção em escala média e grande".

Porém para que seja viável é necessário a oferta de linhas de créditos específicas financiadas

pelo Estado. A organização do trabalho informal em forma de cooperativas, é uma das vias da formalização do trabalho precarizado, que pode proporcionar aos trabalhadores, redução de jornadas de trabalho elevadas e aumento gradativo das rendas desses trabalhadores.

De certa forma, percebemos que há no Brasil uma certa apatia política, que não se movimenta ou cria artifícios em prol da classe trabalhadora, seja ela emergente ou não. A mobilidade social, melhor e mais igualitária distribuição das rendas e das riquezas, via um Estado de bem estar social, onde educação, saúde, transporte e habitação possam ser ofertados de maneira justa e principalmente clara, em determinados momentos (se não em todos) passam a ser vistos como uma utopia, não pela dificuldade das suas possibilidades de implantação, mas pela questão cultural instaurada entre exploradores e explorados, ou seja, quase uma distopia.

Unger (2001, p. 116) corrobora dizendo que algumas soluções para esses problemas sociais podem ser minimizados a partir de ações ou de forças modificadores. Segundo o autor é necessário primeiramente fortalecer a moeda mobilizando recursos, sejam eles públicos ou privados, para o refinanciamento do Estado. Também é de suma importância para o autor dar às crianças o que ele chama de *educação libertadora*, centrada no domínio de capacidades conceituais práticas. Posteriormente deve-se eliminar o sistema de mídias, que para o autor se transformou em uma *máquina de mentiras*. Para Unger também é primordial a criação de instituições econômicas que descentralizem o acesso às oportunidades e aos recursos produtivos e por fim, criar na população uma consciência libertária que consigam resolver os impasses produzidos pelas mudanças.

Essas tais mudanças vêm de encontro aos processos de modernização brasileira. Souza (2009, p. 21) em sua obra *Ralé Brasileira*, discorre amplamente sobre as questões de modernização brasileira e que estes constituem não apenas as novas classes sociais modernas e sim uma classe inteira de indivíduos, que para

ele são desprovidas de capital cultural e econômico. Para o autor,

É essa classe social que designamos de "ralé" estrutural, não para "ofender" essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, "consentido por toda a sociedade", de toda uma classe de indivíduos "precarizados" que se reproduz há gerações enquanto tal. Essa classe social que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de "indivíduos" carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como "violência", "segurança pública", "problema da escola pública", "carência da saúde pública", "combate à fome" etc.

Percebemos que tais alterações envoltas em rápidas e constantes mudanças na vida dos indivíduos, estão aliadas às questões da modernidade que Giddens (1991, p. 11), em sua obra *As Consequências da Modernidade*, define como sendo "um estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência".

Já para Bauman (2001, p. 16), "a modernidade começa quando o tempo e o espaço são separados na prática da vida e entre si". O autor afirma que a modernidade nasce sob os processos de aceleração e das conquistas de terra. Tempo e espaço capitalista.

Pode-se associar o começo da era moderna a várias facetas das práticas humanas em mudanças, mas a emancipação do tempo em relação ao espaço, sua subordinação à inventividade e à capacidade técnica humanas e, portanto, a colocação do

tempo contra o espaço como ferramenta da conquista do espaço e da apropriação de terras não são um momento pior para começar uma avaliação de qualquer outro ponto de partida. A modernidade nasceu sob as estrelas da aceleração e da conquista de terra, e essas estrelas formam uma constelação que contém toda a informação sobre seu caráter, conduta e destino. Para tê-la, basta um sociólogo treinando; não é preciso um astrólogo imaginativo. (BAUMAN, 2001, p.16)

A modernidade está sempre aliada à insegurança, à incerteza, dos riscos que estão associados aos processos de mudanças, que normalmente geram barreiras, impedimentos e até mesmo perigo para certos indivíduos, pois como o risco está ligado à insegurança, a segurança está ligada ao prazer, ao conforto.

Todos esses riscos e perigos também estão envoltos às questões de globalização e a fragilidade do Estado frente ao capitalismo. Sobre esse aspecto, Hespanha (2009, p. 120) afirma que:

O capitalismo organizado regulou o mercado de trabalho por meio de forte intervenção estatal e poderosas organizações sindicais. Com esse regramento, permitiu que os trabalhadores e a sociedade como um todo progredissem em direção a uma cultura de direitos do trabalhador e da sua família, ao mesmo tempo impondo limites ao jogo livre do mercado e impedindo que o salário se firmasse nos níveis do "livre mercado"

Bauman (1999, p. 71-72) em sua obra intitulada *Globalização: As consequências humanas*, exemplifica essa questão discorrendo que:

A globalização nada mais é que a extensão totalitária de sua lógica a todos os aspectos da vida. Os Estados não tem recursos suficientes nem liberdade de manobra para suportar a pressão (...) No cabaré da globalização, O Estado passa

por um *strip-tease* e na final do espetáculo é deixado apenas com as necessidades básicas: seu poder de repressão. Com sua base material destruída, sua soberania e independência anuladas, sua classe política apagada, a nação-estado torna-se um mero serviço de segurança para as mega empresas.

Temporim (2010) traz uma definição de modernidade para complementar essa discussão, pois para a autora essa modernidade envolve um conjunto de fenômenos sociais que irão resultar em diversos eventos que modificarão as sociedades ocidentais, pois trarão uma série de alterações e transformações intelectuais em um grande período de transformações políticas e econômicas.

Giddens (1991, p. 11-12) também trata a questão do risco aliado a um processo de mudanças constante que acaba por impor uma transição entre o novo e o velho.

Estamos no limiar de uma nova era, a qual as ciências sociais devem responder e que está nos levando para além da própria modernidade. Uma estonteante variedade de termos tem sido sugerida para esse transição, alguns dos quais se referem positivamente à emergência de um novo tipo de sistema social (tal como a "sociedade de informação" ou a "sociedade de consumo"), mais cuja maioria sugere que, mais que um estado de coisas precedente, está chegando a um encerramento ("pós-modernidade", pós-modernismo, "sociedade pós-industrial", e assim por diante). Alguns dos debates sobre essas questões se concentram principalmente sobre transformações institucionais, particularmente as que sugerem que estamos nos deslocando de um sistema baseado na manufatura de bens matérias para outro relacionado mais centralmente com informação.

Temporim (2010) também vai tratar deste aspecto da modernidade ao rejeitar as tradições passadas na busca incessante pela informação.

A Modernidade tem como característica a rejeição da tradição e do passado e uma constante busca pela transformação. Isso pode ser observado no campo da tecnologia e da moda. A indústria tecnológica e de moda beneficia de uma "novidade antiga" da Modernidade, a ideia de individualidade, que remonta o surgimento da classe burguesa na Europa, pode parecer estranho mas em um mundo tradicional o indivíduo não tem importância, mas no mundo Capitalista ele é a base da sociedade. Mas além da tecnologia e da estética o mundo moderno tem suas instituições sociais também em constante transformação. Contudo o antigo não desaparece e dá lugar ao novo, é característico da Modernidade a coexistência entre ambos, uma existência que não deixa de ser conflituosa, mas que existe exatamente por causa do incentivo à diversidade de pensamento

Esse conflito entre as tradições passadas e o novo, acaba por trazer uma discussão sobre essa transformação anunciada por Temporim, pois o próprio modo de produção capitalista inserido nesta modernidade, expõe constantemente ao risco àqueles que participam como indivíduos: risco de perder emprego, risco de investir, risco de deixar de consumir, risco do retorno do capital, etc.

Tais mazelas impostas pela modernidade afetam os trabalhadores, que vendedores de força de trabalho que são, acabam por se submeter à formas de trabalho precário, terceirizados e ao subemprego. Todas essas formas de trabalho precárias, com condições básicas de trabalho sem regulamentação pelo governo, sem vínculo empregatício e/ou registro na carteira, sem que os direitos históricos auferidos aos trabalhadores sejam cumpridos, acabam por se tornarem os empregos informais ou subemprego.

Forester (1997, p.10-11) traz à discussão a relação de modernidade e trabalho, ou a falta dele. Para a autora não é o desemprego que é desagradável e sim todo o conjunto de mal e sofrimento que ele causa. O desemprego ou as formas precárias de trabalho não atingem

somente algumas esferas ou segmentos de atuação, se propagam como "tempestades, ciclones e tornados", suprimindo e minimizando todas as formas de trabalho, ou como destaca a autora, empregos.

O autor Souza (2009, p.22) participa dessa discussão entre modernidade e trabalho, afirmando que vivemos o que ele chama de *modernidade capenga*, pois as oposições entre as classes dominantes e as classes dominadas, no que se refere a inclusão social e das formas como nos avaliamos como uma sociedade, devem ser tratadas de forma efetivamente moderna, não somente como um jogo de aparências.

Ao invés da oposição clássica entre trabalhadores e burgueses, o que temos aqui, numa sociedade perifericamente moderna como a brasileira, como nosso "conflito central", tanto social quanto político e que subordina em importância todos os demais, é a oposição entre uma classe excluída de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social e as demais classes sociais que são, ainda que diferencialmente, incluídas. Enquanto a sociedade brasileira não se conscientizar desse desafio, seremos sempre "modernos para inglês ver", uma modernidade capenga, injusta, mesquinamente econômica e economicista. A tese central é a de que a percepção dessa classe "enquanto classe" implica uma percepção radicalmente nova dos problemas centrais que desafiam o Brasil como sociedade. Toda a hierarquia de questões tende a mudar começando pela desconstrução do "fetiche" economicista como interpretação dominante e como remédio para todos os males. Na melhor das hipóteses, poderemos deixar de nos avaliar como "economia", pelo tamanho do nosso PIB, e começarmos a nos avaliar como "sociedade", pela forma como nos tratamos uns aos outros.

Forester (1997, p. 11) alerta para todas essas formas precárias de trabalho, considerados

como modernos, somente faz aumentar os índices de desemprego, afirmando que não se trata de algo passageiro ou transitório e sim algo estrategicamente planejado, pois para a autora "o desempregado, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas algum setor (...) Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer, empregos." (FOSTER, 1997, 11)

Rodrigues (2014) infere também que as classes sociais trabalhadoras tem necessidades básicas e próprias de consumo, pois o processo de consumismo faz parte da nossa realidade moderna. O consumo está aliado ao ter, poder, posse, ou seja, os indivíduos trabalhadores que não podem consumir, estarão excluídos de mais uma forma contemporânea e moderna de expressão do capitalismo. Para o autor, as classes trabalhadoras estão sendo criadas nas bases do aumento do consumo. Como consumidores, acabam por se tornar em escravos do mercado moderno ou pós-moderno, ou seja, o foco está nos consumidores, deixando de existir a referência no indivíduo cidadão.

Ainda sobre as questões relacionadas aos impactos causados pelo consumo de bens e serviços em relação aos benefícios sociais gerados por este, Hespanha (2009, p. 170-171) se apresenta na discussão discorrendo que:

A eficiência capitalista não considera, senão utilitariamente, benefícios sociais gerados pela ação econômica, tais como postos de trabalho, valorização do ser humano, preservação do ambiente natural e qualidade de vida. Ela despreza importantes questões, a exemplo do consumo de recursos não renováveis e da transferência de custos para o exterior da empresa ou para as gerações futuras. Das ações econômicas guiadas pelo preceito de rentabilidade máxima, resultam, em boa medida, as principais características negativas das economias capitalistas: produção sistemática de desigualdades de recursos e de poder; reiteração de formas de sociabilidade

empobrecidas, baseadas antes no benefício pessoal que no bem-estar coletivo; e exploração crescente dos recursos naturais em nível global, ameaçando as condições físicas de vida na Terra.

O abandono social e político, consentido por toda a sociedade, nos remete a reflexão das necessidades do Estado em manter essa população de indivíduos nessas condições. Uma classe de indivíduos precarizados, marginalizados, excluídos e até expatriados, que se reproduzem como tal a gerações, dentro dos aspectos de exploradores e explorados, senhores e servos, incluídos e excluídos, que como ainda descreve o autor, "um conjunto de indivíduos carentes e perigosos".

Para que o capital consiga manter esse conjunto de indivíduos, altamente perigosos e carentes de igualdade, sob a sua tutela, torna-se necessário, segundo Antunes (2015, p. 128-129) intensificar as formas que o capital utiliza para extração trabalho, precarizando as relações de trabalho, ampliando os trabalhadores terceirizados, dentro de uma relação de tempo e espaço, onde o trabalhador possa ser cada vez mais explorado, sem se perceber disso.

Tudo isso, para o autor, altera o modo do capital produzir mercadorias, pois são necessários novos tipos de trabalho.

Ele deve ser polivalente, multifuncional, diferente do realizado pelo trabalhador que se desenvolveu nas empresas taylorista / fordista. O trabalho que cada vez mais as empresas buscam não é aquele fundamentado na especialização taylorista e fordista, mas o que se gestou na fase da "desespecialização multifuncional", do "trabalho multifuncional" que na verdade expressa a enorme intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho.

Novas formas ou tipos de trabalho, podem alterar as formas dos trabalhadores ao acesso aos bens de consumo, por meio da venda de sua força de trabalho. Porém a superexploração da

classe trabalhadora os deixa expostos e à mercê de formas distintas de fontes para ir ao consumo: ou se sujeita a jornadas extras de trabalho visando um ganho de remuneração extra ou vai ao mercado financeiro em busca de linhas de crédito o que acaba por endividar-se. A autora Luce (2013, p. 184) em sua obra que discute a "nova classe média" e as formas de exploração da classe trabalhadora, nos remete a uma reflexão sobre as formas que a classe trabalhadora utiliza para agregar valor ao seu poder de consumo.

Mas e se a única forma de o trabalhador acessar tais bens de consumo que se tornaram bens necessários for endividar-se ou submeter-se a uma carga extra de trabalho? Estaremos diante de uma alteração do elemento histórico-moral sem ser acompanhada pela remuneração. Ou seja, aumento do valor da força de trabalho sem aumentar o seu pagamento. Ao ter de elevar o desgaste de sua força de trabalho (cumprir mais horas-extras, vender 1/3 das férias etc.) e ao ter de endividar-se para acessar tais valores de uso, os indivíduos da família trabalhadora estarão ou se submetendo a uma violação de seu fundo de vida para compensar parcialmente a insuficiência de seu fundo de consumo ou comprometendo o seu próprio fundo de consumo futuro, mediante endividamento, na tentativa de compensar a sua violação no presente.

A autora ainda vai complementar a discussão afirmando que o aumento de consumo de bens eletrodomésticos pela "nova classe média" ou da chamada classe C, se deu em grande parte, com base no endividamento dessas famílias, ou seja, o comemorado aumento de consumo por parte desses trabalhadores, não se deu por conta de um aumento efetivo das rendas ou de distribuição efetiva, mas sim pelo fato desses trabalhadores terem ido ao consumo, iludidos por uma estabilidade relativa da moeda e das índices inflacionários.

Podemos observar essa informação na Tabela 01, referenciada por Luce (2013, p. 185) em seu trabalho, sobre o consumo de

eletrodomésticos e endividamento das famílias por estratos de renda (%).

*Tabela 01 - Consumo de eletrodomésticos e endividamento das famílias por estratos de renda (%)*

Consumo de eletrodomésticos e endividamento das famílias por estratos de renda (%)			
<b>Participação dos estratos de renda (1) no consumo de eletrodomésticos</b>			
Ano	A e B	C	D e E
2002	55,16	26,61	18,23
2010	37,11	44,67	18,22
<b>Estratos de renda e situação financeira familiar no cadastro de devedores (2)</b>			
Estratos de renda	Adimplente	Inadimplente	
Até R\$ 600,00 (E)	4%	2%	
De R\$ 601 a R\$ 905 (D)	15%	15%	
De R\$ 906 a R\$ 1.375 (C2)	19%	19%	
De R\$ 1.337 a R\$ 2.200 (C1)	20%	28%	
De R\$ 2.201 a R\$ 3.285 (B2)	26%	22%	
De R\$ 3.286 a R\$ 7000 (B1)	12%	11%	
De R\$ 7.001 a R\$ 11.100 (A2)	3%	1%	
Mas de R\$ 11.000 (A1)	2%	1%	
<b>% famílias inadimplentes que recebem abaixo do salário mínimo necessário</b>			
64% (3)			

Se o consumo ou a capacidade potencial de consumir, acarreta aos indivíduos-trabalhadores-consumidores sua inserção a uma determinada classe social, por outro lado, para se ter acesso a esse consumo, são necessários recursos financeiros que serão oriundos, como já dissemos, da exploração, da precarização ou ainda da terceirização como forma de obtenção desses tais recursos. A globalização ou mundialização do capital, aflora as questões de exploração, através de artifícios onde podemos perceber que as políticas desenvolvimentistas seguem voltadas ao fortalecimento do capital, mantendo assim as suas garantias de reprodução.

Antunes (2004, p. 349) contribui afirmando que:

Nessa fase de mundialização do capital, caracterizada pelo desemprego estrutural, pela redução e precarização

das condições de trabalho, evidencia-se a existência de uma materialidade adversa aos trabalhadores, um solo social que constringe ainda mais o afloramento de uma subjetividade autêntica, ou seja, de uma subjetividade para si. Múltiplas formas de fetichizações e reificações poluem e permeiam o mundo do trabalho, com repercussões enormes na vida fora do trabalho, na esfera da reprodução societal, na qual o consumo de mercadorias, materiais ou imateriais, também está em enorme medida estruturado pelo capital. Dos serviços públicos cada vez mais privatizados, até o turismo, no qual o “tempo livre” é instigado a ser gasto no consumo dos shoppings, são enormes as evidências do domínio do capital na vida fora do trabalho, que colocam obstáculos ao desenvolvimento de uma subjetividade autêntica, ou seja, uma subjetividade capaz de aspirar a uma personalidade

não mais particular nem meramente reduzida a sua “particularidade”. A alienação/estranhamento e os novos fetichismos que permeiam o mundo do trabalho tendem a impedir a autodeterminação da personalidade e a multiplicidade de suas qualidades e atividades.

Ainda para o autor a questão principal deve estar voltada para a subjetividade dessa classe trabalhadora que está se transformando em um mero objeto, em um “sujeito-objeto”. Esse “novo trabalhador” se carrega de características alienantes, vendendo a qualquer preço a sua força de trabalho, sob condições que lhe são impostas. Podemos observar também, que nas relações entre trabalho/capital, existe um elemento vivo, em processo de mutações constantes, que mede forças, que gera conflitos e oposições ao outro polo formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista.

Percebemos assim, que as relações e discussões entre as classes trabalhadoras ou a nova classe média trabalhadora estão sempre circundadas dos processos impostos pelo capital, inseridos em um modelo mundializado e global.

A modernidade apresenta seus bônus e em contrapartida o seu ônus. Isso faz florescer os conflitos, que sempre existiram e continuaram existindo. Homem livre e escravo, senhor e vassalo, barão e servo, capitalistas e operários, opressores e oprimidos. A classe trabalhadora só será percebida como ascendente, dentro da modernidade ou da pós-modernidade, no momento em que essa percepção deixar de ser meramente política e como diz Souza (2009) “fetichada” e passar a ser vista como sociedade, justa, política e economicamente correta e principalmente, igualitária.

### 3.

#### *Considerações Finais*

As questões envolvendo classes sociais, ou a dominação de uma classe por outra não se

apresenta somente na modernidade, pois trata-se de uma discussão histórica que remonta outros tempo, espaços, momentos e circunstâncias.

Se levarmos em conta somente os fatores de tempo, a modernidade trata-se de um período de difícil análise, visto que, pode ser entendida ao mesmo tempo como presente e passado, porém o seu entendimento e análise ser faz necessário para que tenhamos condições de compreender os fenômenos sociais dos dias atuais, pois são profundas as transformações, principalmente sociais, econômicas e políticas as que ocorreram e ocorrem nos dias atuais.

Essa tal “modernidade” nos remete a um dilema em relação aos contrastes de nossa época, pois de acordo com Temporim (2010) “todos os surpreendentes avanços tecnológicos seguem na contramão da miséria, desigualdade, analfabetismo e péssima distribuição de renda que afeta parte majoritária da população”.

Os impactos desta modernidade para as classes trabalhadores e para as relações de trabalho impostas pelo capital, aumentam as discussões sobre as questões precárias de trabalho, sobre a informalidade, sobre o desemprego ou subemprego, sobre a terceirização, ou seja, sobre as formas (modernas ou não) de dominação de uma classe articulada e poderosa, sobre outra, frágil e totalmente desarticulada.

Conforme Forester (1997, p. 145) “ainda é tempo de incluir essas vidas, nossas vidas, no sentido próprio, no seu sentido verdadeiro: o sentido, muito simples, da vida, da sua dignidade, de seus direitos”.

E como mudar esse cenário? Humanizando as práticas do mercado e as realidades da globalização? Isso é possível dentro do cenário competitivo, exploratório, famigerado e destrutivo do capitalismo? Romper com os modelos atuais e desiguais, reorganizando as forças políticas, econômicas, sociais e até culturais através de um pacto institucional, uma integração nacional? De que forma? Como se organizar para isso? Onde buscar forças?

Não podemos ir em busca de reinventar a roda, mas se adaptar a esse modelo e extrair dele as benéficas, se é que há alguma, remetendo as forças de trabalho a se adequarem aos novos tipos de trabalho e suas implicações para as classes menos favorecidas.

A desigualdade social no Brasil é histórica, ainda se mantém como uma das mais altas do mundo, onde toda a ênfase dada ao desenvolvimento econômico não se traduz em diminuição das desigualdades sociais. Somente através das variáveis de aumento de renda e de consumo, não podem ou não devem ser

utilizados para classificar esse grande contingente de indivíduos nos parâmetros de uma nova classe média.

A "nova classe média" existe? De fato podemos afirmar que ocorreu um fenômeno de distribuição de renda? Algumas variáveis devem ser avaliadas e analisadas em suas várias e diversas dimensões. Se realmente existe ou existiu essa mobilidade social, e esses trabalhadores se sentiram emergir a partir da inclusão ao consumo, isso só poderá ser comprovado a partir futuros estudos.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo de trabalho**. São Paulo, CORTEZ EDITORA, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Revista Educação e Sociedade. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As consequências Humanas**. Rio de Janeiro. Zahar, 1999

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro. Zahar, 2001.

BRASIL. **Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Presidência da República. Brasília, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)> Acesso em 29 de Setembro de 2014, às 13h30min.

CASSIA. **Viagem ao Mundo do Empreendedorismo**. Florianópolis: IEA. 2005. 19p.

CHIAVENATO. **Empreendedorismo Dando Asas ao Espírito Empreendedor**: empreendedorismo e viabilização de novas empresas Um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio. São Paulo: Saraiva.2007.Prefacio.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo, Editora Unesp, 1997

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo : Editora Unesp, 1991.

HESPANHA, Pedro. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo : Gráfica de Coimbra, 2009

LUCE, Mathias Seibel. **Brasil Nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro : Revista Trabalho, educação e saúde. v. 11. n. 1, p. 169-190, jan./abr. 2013.

MARTINS, Renato. **Mapa do Trabalho Informal: Trabalho informal origens e evolução - O trabalho informal e a luta da classe operária - Estudo de Caos**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

PLANALTO, Presidência da República. **Governo traça perfil da nova classe média brasileira**. Brasília. Disponível em : <http://blog.planalto.gov.br/ao-vivo-seminario-politicas-publicas-para-uma-nova-classe-media>. Acesso realizado em 05/07/2015.

POCHMANN, Márcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo : Boitempo, 2014.

RODRIGUES, Alexandre Lamas. **Conquistando direitos: Ascensão da nova classe média no Brasil e aumento de consumo**. Caxias do Sul : II Congresso de Pesquisa e Extensão da Faculdade da Serra Gaúcha (FSG). 2014

SEBRAE. **Participação das Micros e Pequenas Empresas na Economia**. Brasília: SEBRAE.2014.6p.

SINGER, Paul. **Mapa do Trabalho Informal: Trabalho informal origens e evolução - O trabalho informal e a luta da classe operária**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: Quem é e como vive**. Belo Horizonte : Editora UFMG. 2009

TEMPORIM, Christie. **Conceitos de Modernidade**. Disponível em <http://sociologiaacta.blogspot.com.br/2010/07/modernidade-texto-i-conceito-de.html>. Acesso realizado em 13/07/2015.

UNGER, Roberto Mangabeira. **A segunda Via: presente e futuro do Brasil**. São Paulo : Boitempo. 2001